

TEXTUALIDADE
E MEMÓRIA
PERMANÊNCIA, ROTURA,
CONTROVÉRSIA

EDIÇÃO
JOHN GREENFIELD
FRANCISCO TOPA



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Título: *Textualidade e memória: permanência, rotura, controvérsia*

Edição: John Greenfield, Francisco Topa

Comissão editorial: John Greenfield (U. Porto / Coordenador), Francisco Topa (U. Porto),

Ingrid Kasten (F.U. Berlin), Laura Auteri (U. Palermo), Solange Fiuza Cardoso Yokozawa (U.F. Góias)

Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt

Paginação: Carlos Gonçalves | www.carlosgoncalves.net

Imagem da capa: Fuselog – Gabinete de Design, Lda.

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

Depósito legal: 454106/19

ISBN: 978-989-8351-96-8

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8351-96-8/tex>

Porto, dezembro de 2018

Produção: www.decadadaspalavras.com

Impressão e acabamento: Clássica, Artes Gráficas. Porto.

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 — Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

DESMISTIFICAÇÃO DA ORIGEM DAS GUERRAS NA «SEARA NOVA» POR VITORINO MAGALHÃES GODINHO (EM 1945)

NUNO BESSA MOREIRA*

1. HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, CRÍTICA TEXTUAL E CRÍTICA GENÉTICA

Num texto que constitui uma homenagem a Maria João Reynaud seria, em nosso entender, uma falta grave não referir a sua enorme importância no seio da Cultura Portuguesa e dos Estudos Literários em particular, e ignorar, igualmente, o importante papel desempenhado na promoção do diálogo entre Crítica Textual e Crítica Genética. Trata-se de uma personalidade com manifestas preocupações no âmbito da cidadania, concebendo a vida universitária e o ensino com paixão, revelando apreensões legítimas e certas, expressas na sua última lição (ocorrida a 10 de março de 2016, na Faculdade de Letras do Porto), relativas ao devir da sociedade no momento em que se expressa, no qual se assiste, em seu entender, ao seguinte:

Foi há quase onze anos que li, nesta mesma sala, a minha «Lição de Agregação», pensando naturalmente que seria a última [...]. A Tecnociência — que intervém na ordem natural das coisas das coisas transformando-as em nome da eficácia e do progresso — torna-se hegemónica [...]. Na «sociedade da performance», as

universidades regem-se por princípios orientadores em que a investigação científica se alia à transmissão acelerada de saberes úteis em nome da produtividade [...]»¹.

Vitorino Magalhães Godinho manifestou, pouco antes de morrer, reservas igualmente profundas sobre o *economicismo* então vigente e os seus efeitos nas Ciências Humanas, particularmente na História (dado que não incluía a Literatura neste conspecto): «No nosso tempo a história é vista como de mínima ou mesmo de nenhuma importância para a formação cultural e para o exercício de inúmeras profissões [...]»². Este historiador será objeto desta investigação, situada no âmbito da História da Historiografia³. Este artigo não tem a veleidade de enveredar pela Micro-História, dado que esta implica questões densas e complexas e contradições que demandam e exigem um trabalho de maior fôlego. Contudo, de um modo fruste e incipiente, talvez se possa falar na configuração indiciária e *impressionista* de um horizonte micro-histórico a explorar em situações futuras⁴. No que nos diz respeito, consideramos fundamental a reafirmação de preceitos da *historiografia neomoderna*, segundo a terminologia de João Paulo Avelãs Nunes⁵. A procura de objetivação, na senda da superação do binómio objetividade/subjetividade é um dos desideratos a atingir. Assim, o respeito rankeano e, sobretudo, da Escola Metódica pelos documentos, mesmo quando se amplia o respetivo espectro e renovam as metodologias a aplicar, é outro dos objetivos a ter em conta. Compreendemos a necessidade de um *regresso à filologia*, ao qual se refere Maria João Reynaud, quando partilha das preocupações de Vítor Aguiar e Silva, citando-o e alargando, em seguida, o fulcro das suas reflexões, defendendo: «[uma Filologia] depurada e liberta dos dogmas historicistas e positivistas da interpretação do texto pelo contexto, pela biografia e pela intenção do autor [...] — lembre-se a publicação

*CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

¹ REYNAUD, 2015: 7-8.

² GODINHO, 2013: 183.

³ Cf. MOREIRA, 2013.

⁴ Sobre este assunto ver, entre muitos outros, LIMA FILHO, 1999: 1-14. Desde os anos 70, começou a ganhar mais força a Micro-História. Numa versão simplista, e a vários títulos errónea, configuraria uma *escola* e protagonizava uma reação metodológica ao peso das estruturas braudelianas, centrando-se, ao invés, numa escala mais reduzida, a de um lugar ou região. Todavia, no entender de Henrique Espada de Lima, é mais correto falar em *debate* quando o assunto é a Micro-História, por várias razões. Em primeiro lugar e desde logo, porque não se trata de um grupo suficientemente homogéneo para poder ser considerado uma escola. Apesar de o centro de irradiação ter sido uma revista, os «Quaderni Storici», antecedida por outra, os «Quaderni Storici delle Marche», aquele periódico era diferente deste, mau grado alguns pontos de contacto e certas continuidades, tendo passado por diversas fases, sendo os diversos colaboradores portadores de percursos e discursos assaz distintos, havendo mudanças e oscilações no seio de cada trajetória individual. Assim, Eduardo Grendi, Carlo Ginzburg, Giovanni Levi impuseram-se de modos distintos e plurais, sob o signo da diversidade. Em segundo lugar, no plano social e cultural, estes historiadores ultrapassaram o modelo ético-político de Croce, mas foram criados no interior do respetivo quadro de valores. Acresce que a alegada rejeição do estruturalismo braudeliano não foi liminar, sobretudo devido à manutenção na Micro-História de uma ideia de totalidade.

⁵ NUNES, 2013: 53-79.

de obras tão decisivas como *Le texte et l'avant texte* (1972), *Essais de Critique Génétique* (1979) e *Leçons de l'écriture* (1986) [...]»⁶.

Importa lançar um desafio. Em nossos entender, o diálogo da Crítica Textual e da Crítica Genética com outras áreas de saber pode e deve incluir a Historiografia (e sua história), dado que na matriz desta, incipientemente desde Ranke e sobretudo a partir da Escola Metódica francesa, a crítica de fontes marca o labor historiográfico. Todavia, neste estudo não trabalhamos diretamente qualquer manuscrito dos artigos que compõem *Os mitos acerca da origem das guerras*. Desconhecemos se existem. Só uma consulta ao espólio de Magalhães Godinho e a respetiva análise permitiriam dissipar dúvidas. De momento, tal é impossível, limitando-se a nossa abordagem aos impressos, publicados em duas situações distintas, primeiro na «Seara Nova»⁷ e depois num opúsculo⁸. O texto é o mesmo, em qualquer das circunstâncias, sem alterações, aditamentos, reescritas. Contudo, o segundo suporte permite um agrupamento dos artigos, possibilitando um acesso mais imediato a uma leitura sequencial e articulada⁹.

A Crítica Textual e a Crítica Genética podem assim ser convocadas, se entendidas num sentido amplo, incidindo em obras publicadas para além ou em vez dos manuscritos. No caso em vertente análise, o exercício de aproximação entre a historiografia e a sua história e a Crítica Textual e a Crítica Genética é legítimo e proveitoso. Torna-se fundamental, neste momento, distinguir estes dois últimos âmbitos, tendo em atenção que, *grosso modo*, enquanto a Crítica Genética se ocupa do processo de produção de textos, a Crítica Textual se centra no resultado dessa tramitação processual. No primeiro caso, estamos perante algo em permanente mudança e transformação; no segundo, privilegia-se a estabilidade e o carácter acabado dos textos. De modo simples e incisivo, Fernando Cabral Martins começa pelo princípio, ou seja, pela definição do conceito de texto como mote para a diferenciação das duas críticas: «A tentativa de definição do conceito de texto pode ter como uma das suas consequências a distinção das duas críticas, a textual e a genética, a partir do seu próprio objecto. Ora, para essa definição, convém começar por contrastar dois termos cognatos, texto e textura [...]»¹⁰. A questão do antagonismo ou da complementaridade entre a Crítica Genética e a Crítica Textual é difícil e intrincada, envolvendo partidários de ambas as perspetivas. A História da Historiografia pode ser cultural, em sentido amplo, promovendo o encontro entre a

⁶ REYNAUD, 2010: VIII.

⁷ GODINHO, 1945a; GODINHO, 1945b; GODINHO, 1945c; GODINHO, 1945d.

⁸ GODINHO, 1945f.

⁹ Conforme postula genericamente o historiador, ao arrepio da consideração direta deste caso concreto: «Les rapports complexes entre les différentes façons de faire circuler les idées et les informations ne datent pas de nos jours. A toutes les époques, les messages qui circulent emploient toutes sortes de véhicules et de langages, très souvent complémentaires. Ces véhicules et ces langages n'ont peut-être rien d'extraordinaire [...]» (Ver, entre outros, sobre uma História Cultural do Livro e da Leitura, LISBOA, 1998:1).

¹⁰ MARTINS, 2010: 241.

Crítica Textual, a Crítica Genética e uma certa forma de encarar a história do livro e da leitura. De qualquer modo, os livros, como o opúsculo *Os mitos acerca da origem das guerras* não são entidades abstratas¹¹.

Do nosso ponto de vista, é possível conciliar uma história do livro e da leitura mais tradicional, assente em contextos sociais e políticos, ou na consideração da intencionalidade do autor (entendido este como longínquo e presente), com uma abordagem mais voltada para a materialidade do livro e/ou para a sua receção. Todavia, neste artigo, dada a sua natureza e extensão, damos prioridade quase exclusiva à primeira perspetiva. Antes disso, no imediato, analisamos outras colaborações de Magalhães Godinho na «Seara Nova».

2. PARTICIPAÇÃO DE VITORINO MAGALHÃES GODINHO NA «SEARA NOVA»: HISTÓRIA E CIDADANIA

A revista «Seara Nova» foi criada no dia 15 de outubro de 1921 por personalidades como Jaime Cortesão e Raul Proença, juntando-se-lhes, cerca de dois anos volvidos, António Sérgio. O periódico passou por diversas fases, analisadas por Manuel Joaquim Fitas¹². Na primeira fase, entre 1921 e 1926, a publicação afirmou maioritariamente um itinerário de cariz político, crítico e doutrinário, percorrido por algumas contradições, mas maioritariamente voltado para a necessidade de responder às dificuldades que a Primeira República vivera desde o Sidonismo, e após o fim deste, sucedendo-se governos a um ritmo apreciável, alastrando, simultaneamente, a instabilidade a todos os níveis, nomeadamente nos planos financeiro e económico. Em 1923, alguns membros do periódico e do movimento homónimo participaram num governo, assumindo, nessa circunstância, três ministérios, o da Instrução, o da Agricultura e o do Exército, entregues, respectivamente, a António Sérgio, Azevedo Gomes e Ribeiro de Carvalho. A «Seara Nova», defensora de uma cidadania democrática, teve que compactuar com cedências no exercício da política governativa, desde logo plasmadas na convivência com o Integralismo Lusitano e na defesa da necessidade de um período alegadamente curto e necessariamente transitório de Ditadura¹³.

A experiência governativa dos seareiros foi extremamente curta, circunscrita a alguns meses. Todavia, a instabilidade da Primeira República agravou-se ainda mais nos anos seguintes, conduzindo à solução que desagradava aos membros de «Seara Nova» e que só a tinham aceiteado anteriormente mediante fortes restrições. A 28 de

¹¹ No entender de João Luís Lisboa, as questões do livro e da leitura são complexas: «Le point de départ de cette recherche repose sur la conviction que les textes n'existent pas «in abstracto», mais qu'ils ont un sens en rapport avec les différentes appropriations qui sont faites [...]» (LISBOA, 1998: 14).

¹² FITAS, 2010. O autor refere, no texto e no final, abundante bibliografia sobre a revista, pelo que julgamos desnecessária essa pormenorização.

¹³ FITAS, 2010: 17.

maio de 1926, o general Gomes da Costa liderou o golpe militar que abriu caminho à instauração da Ditadura Militar. Sérgio foi forçado ao exílio, em França e Espanha, regressando em 1933.

Os primeiros anos da «Seara Nova» (1921-1926) foram frutuozos, mormente na afirmação de um programa doutrinário consistente, apesar das dificuldades, dos avanços e recuos na sua concretização. Nos anos 30 e face à implementação do Estado Novo, a «Seara Nova» teve necessidade de defender os valores democráticos, entretanto postergados pela política salazarista. No número 432 da «Seara Nova», dado à estampa a 28 de março de 1935, o jovem Magalhães Godinho encetou uma colaboração relativamente esparsa com a revista, ao nível da regularidade, e pouco expressiva no plano quantitativo. Nessa ocasião, estava-lhe destinado um espaço final do periódico, intitulado *Página da Mocidade*, literalmente uma página, na qual o autor aproveitou para se debruçar sobre D. Duarte, rejeitando, em nosso entender, leituras estritamente *biografistas* ou de teor psicológico¹⁴. Em *D. Duarte*, o século XV, no qual o monarca viveu, é descrito como um tempo de mudança, inclusive de viragem, assumindo a duplicidade própria de momentos complexos, entre a persistência relativa de um teocentrismo medieval e o dealbar dos Descobrimentos. Sem deixar de notar esta ambiguidade, Magalhães Godinho considera Quatrocentos um dos períodos mais notáveis da história da humanidade. O jovem estudioso não pormenoriza em detalhe as características do século em causa, eventualmente por considerar desnecessário fazê-lo, ou por não ser esse o fulcro da sua atenção. No entanto, é relevante a panorâmica traçada por Joaquim de Carvalho, citado por Maria Cândida Pacheco: «A consolidação política da nação portuguesa, as novas estruturas sociais, a importância crescente da burguesa, as actividades militares no Norte de África e as primeiras viagens atlânticas traçam, efectivamente, um quadro pleno de dinamismo [...]»¹⁵. O autor do artigo publicado na «Seara Nova» não explicita outras razões da escolha do seu tema, mas a importância da época é afirmada, bem como a de D. Duarte, evitando Magalhães Godinho tratá-lo enquanto herói, eximindo-se ao *culto dos grandes homens* (ainda que reconheça valor a esta e outras personalidades). No entanto, é lícito colocar a hipótese segundo a qual o trabalho sobre *Eloquente* derivará do interesse deste pela filosofia (gosto que também Godinho cultiva), conjugado com a pertença à Ínclita geração, iniciada pelo seu pai D. João I, que protagonizou uma Revolução, preparada ao longo de décadas: «Foi uma revolução efectuada e consolidada ao longo de décadas e teve a primeira geração da Dinastia de Avis como principal protagonista e impulsionadora [...]»¹⁶. Magalhães Godinho não se dedicou especificamente à educação recebida pelos príncipes e à sua importância política, moral e cultural para a afirmação da dinastia

¹⁴ GODINHO, 1935.

¹⁵ PACHECO, 1991: 425.

¹⁶ GAMA, 2002: 380-381. Uma excelente e muito completa biografia de D. Duarte foi realizada por DUARTE, 2005.

referida e da língua e cultura portuguesa. No entanto, conheceria e valorizaria estas dimensões, em nosso entender pressupostas na sua argumentação, funcionando estas condições como um substrato implícito das afirmações segundo as quais, no tempo de D. Duarte, «submergia-se a escolástica, estéril como toda a filosofia que se apoia na religião e não na ciência e iniciava-se o experimentalismo»¹⁷. O monarca terá sido um dos representantes desta contradição, deixando-se cristalizar na ortodoxia católica, que seria nele dominante, na opinião de Magalhães Godinho, para quem o rei não terá entendido ou podido compreender a *marcha para o paganismo*, que D. Duarte terá encetado, sem ser com ela conscientemente solidário e consequente: «D. Duarte, se acaso pudesse admirar paganismo [...] veria que o seu mérito foi precisamente fazer ascender o homem a este terceiro estado. O seu espírito estava, porém, apertado nas malhas da ortodoxia católica»¹⁸.

Magalhães Godinho não apresenta uma análise circunstanciada sobre o *Leal Conselheiro* ou *A arte de bem cavalgar toda a sela*, eximindo-se a pronunciar-se sobre a natureza de ambos os trabalhos, sobretudo do primeiro que, mesmo nos dias de hoje, gera relativa controvérsia, oscilando os estudiosos entre a sua consideração como um testemunho, portador de uma *moral filosofia* de cariz cristão, e um tratado de educação de Príncipes¹⁹. Magalhães Godinho não se interessa por tornar patente eventual complementaridade entre a *Virtuosa Benfeitoria*, de D. Pedro, e o *Leal Conselheiro*, de D. Duarte, parecendo desconhecer um trabalho deste último, ao qual tem vindo a ser recentemente prestada maior atenção, o *Livro de Conselhos* de El Rei D. Duarte²⁰. Estes exemplos demonstram que o principal fito do autor do artigo *D. Duarte* não é estabelecer uma profunda exegese e crítica documental, mas antes salientar que o monarca uniu reflexão e ação.

Um dos três regimentos do *Leal Conselheiro*, conjunto de textos dispersos e sem homogeneidade aparente, dedica-se às cidades. *As Cidades na Europa medieval. Condições gerais da sua evolução* constituíram a temática eleita por Magalhães Godinho no ano de 1938 para figurar num artigo dado à estampa pela «Seara Nova», nos dias 11 e 18 de junho²¹. Neste estudo, o autor exhibe um claro *cosmopolitismo*, que também era apanágio de António Sérgio, recusando-se a enveredar por nacionalismos redutores, afirmando desde logo que «é em definitivo no tecer das relações mercantis internacionais que reside a razão profunda do aparecimento do urbanismo»²².

¹⁷ GODINHO, 1935.

¹⁸ GODINHO, 1935.

¹⁹ Em nosso entender, Maria Cândida Pacheco é defensora da primeira linha de argumentação, enquanto José Gama parece pugnar pela segunda, ainda que estas divisões sejam largamente artificiais, e parcialmente arbitrarias, detendo, sobretudo, valor heurístico e instrumental

²⁰ MUNIZ, [s.d.]: 573-583.

²¹ GODINHO, 1938a; GODINHO, 1938b.

²² GODINHO, 1938a: 6.

No entender de Magalhães Godinho, na esteira de *Les Cités Médiévales* [...] de Henri Pirenne, obra publicada em 1927, as Invasões dos séculos IV e V não alteraram profundamente a estrutura económica e social de Roma. No século VII deu-se a invasão dos povos islamitas, que do ponto de vista do autor de *As Cidades Na Europa Medieval. Condições Gerais da sua evolução* interferiu mais com a *textura dos povos germano-bárbaros* e implicou o controlo da Península Hispânica, a passagem pela Aquitânia e a imposição de razia no Sul da Gália, apesar da reação dos Francos, que repeliram essa atuação destrutiva. Todavia, nos séculos VIII e IX os Muçulmanos atacaram as costas gaulesa e italiana, pilhando Nice, Trento e Génova. Opunham-se duas civilizações, a bizantina e a muçulmana em face da sociedade agrícola-militar. A frota grega conseguiu deter o domínio do Egeu e vias marítimas que estabeleciam a ligação de Constantinopla ao Sul de Itália e o Atlântico, controlando parte da Península Itálica. Nos territórios bizantinos o comércio desenvolveu-se, alicerçado nas transações com o mundo grego. Sobretudo a partir do século XI, no norte de Itália e no Báltico, a economia desenvolveu-se nos seus vários setores de atividade, da agricultura ao comércio de longo curso (sobretudo este). Formaram-se *guildas*, protegidas pelos senhores feudais, mas organizadas à margem da feudalidade. Foram edificadas armazéns e mercados junto aos Castelos, dado que estes dominavam as vias de comunicação. As associações de mercadores eram de direito público e de livres entre iguais. A autonomia das cidades acarretou um novo Direito fiscal e penal, assim como um novo regime de pessoas e bens. O florescimento económico (sobretudo da Indústria e do Comércio) e a situação política (muitas vezes ligada à Burguesia) conduziam a uma mais larga independência. Na génese das cidades encontravam-se valores como a liberdade e a igualdade, a base das democracias. Assim se compreende a escolha deste tema em 1939, num tempo de estabilização do Estado Novo, que urgia combater pelo recurso ao rigor histórico.

Na segunda parte de *As Cidades na Europa Medieval*, Godinho começa por referir a situação em Itália nos séculos X e XI, associando o nascimento de relações mercantis ao desenvolvimento dos transportes, da atividade industrial, sem a qual o despertar do capitalismo comercial verificado não teria sido possível. Contudo, para Godinho, o Capitalismo Comercial não supõe o fabril²³. No século XIV assistiu-se a um desequilíbrio provocado pela economia monetária. A indústria não enveredou, no seu conjunto, pelo Capitalismo. O Comércio afirmou-se como fator decisivo. Com a procura de novos mercados, as transações avolumaram-se e a falta de dinheiro dos Senhores tornou-os dependentes da Burguesia, minando os alicerces da feudalidade. Com a Guerra dos Cem Anos gerou-se forte perturbação nas manufaturas e na vida mercantil, mormente no sector dos lanifícios. No Comércio, as classes médias fortes

²³ GODINHO, 1938b: 32 e ss.

impuseram-se num quadro complexo, assente em rígida estrutura corporativa, no exclusivismo de umas cidades face a outras.

No entanto, convém sublinhar a íntima relação entre o desenvolvimento e crescimento mercantil e a formação das Cidades ao longo da Idade Média. Em 1938, quando publica *As Cidades na Europa Medieval* [...] Magalhães Godinho tem consciência dos Imperialismos que desde o século XIX se acentuavam na Europa, tendo condicionado a existência de um primeiro conflito à escala mundial. De forma diferente, a exacerbação do Capitalismo de feição industrial, que se acentuava desde a disseminação oitocentista da Revolução com o mesmo nome, voltava a fazer-se sentir no final da década de 20 de Novecentos, exacerbando a concorrência de modo preocupante e sendo colocado ao serviço de Estados Totalitários, que retoricamente o haviam reprovado, como estratégia de chegada ao poder dos respetivos líderes, que depois se aliaram aos grandes interesses *lucrativistas*. Magalhães Godinho não o diz, mas o desenvolvimento mercantil que permitira o florescimento das Cidades, mormente na Baixa Idade Média, ajudando a travar a feudalidade, era totalmente diferente do Capitalismo no final da década de 30. Todavia, o autor considerava necessário conhecer o primeiro para entender o segundo.

Em 1939, António Sérgio deixou a «Seara Nova», alegadamente por divergências quanto à forma de administração e gestão financeira de Câmara Reis, aliadas a razões do foro metodológico e ideológico. No entanto, estas parecem discutíveis, dada a proximidade entre ambos a esse nível. Todavia, podem acrescentar-se como motivos de desentendimento entre os intelectuais as lutas pelo poder e pelo prestígio no seio da publicação. Tempos conturbados, portanto. Acresce que, parcialmente em virtude do exposto, a «Seara Nova» viveu momentos complicados, também devido ao início da Segunda Guerra Mundial no mesmo ano da saída de Sérgio. Por outro lado, a censura continuava a exercer-se e, no ano de 1940, o fervor nacionalista do Estado Novo recrudescera, através da Comemoração dos Centenários da Independência e da Restauração. As pressões externas eram grandes e, internamente, no periódico assistia-se à crescente relevância, desde os anos 30, aumentada na primeira metade da década seguinte, do acolhimento concedido às doutrinas neorrealistas.

Vitorino Magalhães Godinho nascera em Lisboa no ano de 1918. Durante o seu curso tinha aprendido mais, como o próprio reconheceu, fora da Faculdade de Letras de Lisboa, em tertúlias e conversas, do que no ensino formal. Em 1940, concluiu a sua dissertação de licenciatura, intitulada *Razão e História: Introdução a um problema*²⁴. Logo nesse estudo inaugural se nota a vontade (concretizada) de romper com uma forma tradicional de conceber a Filosofia, relacionada com o enaltecimento da Saudade ou da procura de uma identidade nacional. Pelo contrário, o autor, na linha de Francisco Viera de Almeida, atende ao carácter racional, problemático e problematizante de

²⁴ GODINHO, 1940.

todo o conhecimento, passível de ser historicamente situado. Godinho estava atento às novidades trazidas pelo Círculo de Viena, não o tratando em bloco, como se fosse homogéneo, criticando uma certa tendência para um *a-historicisimo*. Na sequência deste trabalho de licenciatura e, eventualmente por causa dele, Magalhães Godinho foi convidado para pertencer ao corpo docente da Faculdade de Lisboa, lecionando, a partir de 1941 e até 1943, diversas cadeiras, correspondentes a cronologias e épocas tão diferentes como as Antiguidades Pré-Clássicas, Clássicas ou a História dos Descobrimentos e da Expansão. O ensino que colocava em prática era diferente daquele que lhe fora ministrado e que era apanágio de alguns dos seus colegas, que tinham sido seus professores, contrapondo a análise de documentos com os alunos e a problematização das temáticas à exposição *sebenteira* dos assuntos versados²⁵. Por outro lado, Magalhães Godinho ensinava a pensar, e a desenvolver a capacidade de crítica, não apenas das fontes, mas através e para além delas. Nisto se afastava liminarmente de uma história estritamente política, biográfica, cronológica, em nome da entrada em cena da história económica e social e da história da cultura, colocando-se, através da sua profissão, encarada como ato de cidadania, contra a historiografia e a política do Estado Novo. Na sequência deste quadro, Magalhães Godinho rejeitou a fiscalização das suas aulas (a menos que as dos seus colegas fossem alvo de processo análogo) e não viu renovado o seu contrato. Os alunos redigiram um abaixo-assinado em seu apoio, mas não adiantou. O historiador teve que continuar a trabalhar noutra contexto, dando palestras e conferências no Ateneu Comercial de Lisboa, e editando livros, de forma a prover o seu sustento e o da família. *Ossos do ofício*, literalmente.

No referido ano de 1943, no que respeita à Segunda Guerra Mundial, os Aliados tinham logrado alguns avanços na Rússia e no Pacífico, mas a situação era profundamente instável em termos gerais. No seio da «Seara Nova», sobretudo a partir da primeira metade anos 40, favorecida pela saída de António Sérgio em 1939, começou a afirmar-se como dominante (já existia desde os anos 30 e nunca vira a sua expressão impedida nas páginas da Revista) uma corrente neorrealista, mormente nos estudos literários, que contrapunha uma intervenção político-social militante nos problemas de Portugal, da Europa e do Mundo (em tempos de conflito bélico) ao *idealismo sergiano* (que não desapareceu) e depois a uma corrente metafísica (minoritária), liderada por Sant'Ana Dionísio. Ainda em 1943, nas páginas do periódico, Mário Dionísio (neorrealista) e João Pedro de Andrade (*presencista*) envolveram-se numa polémica²⁶. O primeiro acusou o segundo de defender a arte pela arte, enquanto este replicava que sempre procurara um equilíbrio entre forma e conteúdo, criticando Dionísio por alegadamente subjugar aquela a esta e aos imperativos da realidade social.

²⁵ SOUSA, 2012.

²⁶ FITAS, 2010: 45 e ss.

Em 1945 terminou a Guerra, após a chegada ao fim dos conflitos no Pacífico. O armistício deu-se a 14 de agosto e a rendição do Japão a 2 de setembro. No entanto, o clima de incerteza era grande e os artigos da «Seara Nova», *Os Mitos acerca da Origem da Guerra* (depois coligidos em livro), refletiram-no. Foram publicados no periódico a 2 e 16 de junho, 14 de julho e 25 de agosto de 1945. Apenas o último sucedeu o armistício e todos são anteriores à rendição do Japão. Todavia, o autor não se fica por aqui. Acrescente-se que menos de um mês depois do último artigo sobre *Os mitos acerca da origem das guerras*, e duas semanas volvidas sobre a capitulação definitiva do Japão, Vitorino Magalhães Godinho dá à estampa, na «Seara Nova», um texto breve, onde critica, de forma clara, *A reorganização de Estudos de Direito*, ocorrida recentemente em Portugal, na qual os exames para entrada nesse curso deixam de contemplar a História, em detrimento do latim²⁷.

O historiador desmonta os argumentos em favor da estrutura lógica da língua clássica ou da sua importância para o Direito Romano. Considera, em contrapartida, inviável compreender disciplinas do *Curriculum*, como História do Direito Romano e História do Direito Português, sem perceber a relatividade das instituições que a História pode evidenciar. Em *Os mitos acerca da origem das guerras*²⁸ e no texto intitulado *Reorganização dos Estudos de Direito* a intervenção cidadã do autor na atualidade torna-se explícita. Note-se que o ensaísmo de Sérgio, admirado por Godinho, conjuga um *racionalismo idealista* com a reflexão problematizadora acerca de questões do quotidiano, ou ancoradas numa natureza e diacronia históricas, desmontando teorias e não fugindo à polémica. Godinho também não foge, nos dois trabalhos de 1945, onde uma posição realista ganha corpo quanto ao *Pacifismo* (defendendo-o), que será possível implementar depois da Guerra e, eventualmente, no que concerne à defesa do conhecimento histórico aplicado ao Direito. Aliás nos *Mitos*, Magalhães Godinho considera que a explicação da guerra deve recorrer a condições económico-sociais, mas também jurídico-crematísticas, entre outras.

Acresce que, numa fase bem diferente da «Seara Nova», em 1971, Vitorino Magalhães Godinho relembra António Sérgio, recentemente falecido (em 1969), elogia-o e reforça o modo como entende o seu idealismo:

A grande lição sergiana reside na proposta, conforme a designou um seu companheiro, de evangelho de acção idealista no mundo real (idealista, porque norteada por um ideal, resultante de condições históricas, e não porque se suponha que são os ideais o factor determinante do devir das sociedades). Busquemos o

²⁷ GODINHO, 1945e.

²⁸ GODINHO, 1945f.

*impossível [...], mas sabemos cartografar os caminhos que lá conduzem pela orografia das possibilidades [...]*²⁹.

3. OS MITOS ACERCA DA ORIGEM DAS GUERRAS: A CRISE DA ATUALIDADE OU A FIRMEZA DO HISTORIADOR-CIDADÃO

Os quatro artigos que compõem o opúsculo em vertente análise possuem extensões e implicações diversas, mas são eivados de um propósito comum: desmistificar visões *essencialistas* e/ou nacionalistas acerca das origens das guerras, propaladas pela Imprensa e pelos poderes oficiais, contra os quais o historiador se colocava, opondo-se-lhes através da apresentação de argumentos baseados em provas, evitando uma historiografia permeável aos enviesamentos da militância ou do tradicionalismo. Em 2 de junho de 1945 foi publicado o primeiro estudo, dedicado à desmontagem do *Mito do instinto bélico*:

*A História, tal como geralmente se estuda, consiste num ininterrupto desenrolar de conflitos e guerras. Da frequência do fenómeno bélico resvala-se facilmente [sic] para a ideia de que no homem existe o instinto guerreiro, e que este instinto é que explica o deflagrar das lutas armadas. [...]. Explicar as guerras pelo instinto guerreiro enforma de gravíssimo erro: é que nada explica*³⁰.

O conjunto de informações veiculadas neste excerto revela-se, em nosso entender, extremamente importante a vários níveis. Em primeiro lugar, porque demonstra a preocupação de Magalhães Godinho pelo estudo da história, ou seja, pela historiografia, recusando a história militar tradicional, não a designando deste modo, por centrar-se em exclusivo nos conflitos e guerras. Em segundo lugar, o historiador coloca em causa uma perspetiva determinista, baseada numa causalidade simplista e redutora, que elege um único fator para descrever certa realidade, esquecendo a necessidade de rastrear e ligar diversas causas, que resultem num complexo promotor do estabelecimento de relações entre elas. Em terceiro lugar, o instinto é usado por muitos não só para justificar a existência das guerras, mas, também, a respetiva inevitabilidade, revelando assim um posicionamento ideológico legítimo, mas criticável nos seus fundamentos, dado que inibe a necessidade e possibilidade de explicação. Em quarto lugar, a historiografia militar tradicional permitiria um relativismo excessivo, ignorando que as guerras ocorrem em espaços e tempos específicos, comportando condições militares, político-diplomáticas, mas também sociais, económicas, que se relacionam entre si: «a guerra constitui um

²⁹ GODINHO, 1971a. Republicado em GODINHO, 1971b: 264-270, *maxime* 269-270.

³⁰ GODINHO, 1945a: 7.

compromisso colectivo, não individual, premeditado e organizado e não ocasional e fragmentário [...]»³¹.

Magalhães Godinho convoca genericamente a história da humanidade, desde os seus primórdios, para recusar duas ideias: a do homem *naturalmente mau* e a do homem *naturalmente bom*. Sem referir explicitamente defensores destas perspectivas, a primeira foi propugnada, entre outros, por Hobbes no século XVII e a segunda por Rousseau, na centúria seguinte. Para sair deste impasse, Magalhães Godinho critica fortemente, uma vez mais, o instinto bélico como explicação da guerra, propondo, em alternativa, uma educação para a paz:

*Conclui-se, por conseguinte, que a humanidade não deve ter vivido belicamente [sic] desde que nasceu, que a guerra não se explica pela tendência inata da agressão [...] o fundamental [...] reside em efectuar uma educação para a paz e eliminar uma filosofia de incitamento à guerra [...]*³².

A desmistificação do instinto como causa, e ainda por cima única, atinge, do nosso ponto de vista, o seu ponto culminante mesmo no final do artigo de Godinho, onde clarifica a sua noção de causalidade como algo multiforme e complexo, criticando a falta de pesquisa: «O mito de que as guerras nascem do instinto bélico [sic] dispensa o historiador de perscrutar as causas das guerras: no fundo, tôdas [sic] resultariam da mesma e única «causa», seriam consequências inescapáveis de um factor constante [...]»³³.

Na sequência da desmontagem do instinto bélico na origem das guerras, Vitorino Magalhães Godinho publicou novo artigo com intuito desmistificador, dando-o à estampa duas semanas depois do primeiro, mais precisamente a 16 de junho de 1945, visando nesta ocasião *O mito dos povos pacíficos e dos povos guerreiros*. Este mito é indissociável do primeiro, surgindo na sequência dele e dependente da respectiva concretização, uma vez que, se o instinto bélico configurava uma condição primacial inerente à natureza humana, então todos os povos seriam potencialmente guerreiros. No entanto, paradoxalmente, alguns compêndios compulsados e analisados por Magalhães Godinho desfazem este raciocínio lógico para albergarem nas suas páginas uma reflexão curiosa, segundo a qual haveria povos que naturalmente teriam uma propensão mais guerreira do que outros, sendo estes últimos mais pacíficos. O autor da obra em análise critica esta dicotomia, de base maniqueísta, atingindo um simplismo difícil de digerir. Impõe-se, então, um primeiro exemplo deste tipo de visão a desmistificar.

³¹ GODINHO, 1945a: 11.

³² GODINHO, 1945a: 11.

³³ GODINHO, 1945a: 13-14.

Na Antiguidade Pré-Clássica, os Egípcios engrossariam as fileiras dos guerreiros, enquanto os Assírios pertenceriam ao grupo dos pacíficos. Magalhães Godinho rejeita esta ideia, afirmando que ambos passaram, ao longo da sua história, em períodos e momentos diferentes, por situações de aceso conflito, resolvido pela força das armas. A inclinação retórica para a exemplificação como elemento de prova parece confirmar a vocação pedagógica do autor de *Os mitos acerca da origem das guerras*, plasmando, nos seus escritos, a sua prática de ensino universitário, iniciada em 1941, e entretanto interrompida, mas presente, desde logo no domínio de uma matéria que tinha feito parte do currículo de uma das disciplinas que leccionara, daí também a atenção irónica e profundamente crítica dedicada aos compêndios e a pronta diferenciação face às Histórias Gerais, que não repetiriam de modo tão claro a chave dicotómica exposta e condenada. Eis o perfil de professor investigador: «Se passarmos, contudo, dos compêndios que é costume acreditarmos serem de história, para as grandes histórias, essas certezas tão confortantes [da existência de povos naturalmente guerreiros e pacíficos] evaporam-se e as ideias enovelam-se]. [...] Se compararmos a história egípcia com a história assíria, ficamos perplexos para decidir qual dos dois países é mais imperialista: ambos foram expansionistas e militaristas, em épocas diferentes [...]»³⁴. Fica assim demonstrado o didatismo de base científica patente na catividade intelectual de Magalhães Godinho, que não abdica, na sua escrita, do recurso a instrumentos como a comparação e a síntese alicerçada em análises prévias, deslocando o eixo explicativo e argumentativo das justificações de natureza biológica para as de cariz económico e geográfico. Sublinhe-se, desde logo, a importância da geografia e da história económica como elementos a ter em conta nas temáticas do foro militar, retirando-as Magalhães Godinho do âmbito da história política e diplomática tradicionais. Para além de professor investigador (mesmo quando privado do exercício da primeira catividade, da qual a escrita historiográfica acolhe inquestionáveis e irreprimíveis ecos), o autor de *Os mitos acerca da origem das guerras* cumpre uma divulgação de conhecimentos assente numa cidadania cativa.

Assim se compreende o salto para o mundo moderno logo após a referência a assírios e egípcios. O preconceito é identificado de modo imediato e desmontado sem tibiezas e, mais uma vez, com recurso à ironia: «Para o mundo moderno estaria achado o povo bélico: os germanos. Os outros povos teriam sido sempre ordeiros. Diz algures Marc Bloch que a memória dos homens é curta e a sua capacidade de ilusão infinita. Povos ordeiros no mundo moderno?»³⁵. Esta referência a Marc Bloch possui, em nosso entender, enorme relevância a vários níveis. Por um lado, revela sintonia no plano científico entre este nome pioneiro dos *Annales* e o historiador português que o

³⁴ GODINHO, 1945a: 17-20.

³⁵ GODINHO, 1945f: 20.

cita. Por outro lado, o cultor de *Clio* francês levava tão longe a sua intervenção cidadã que foi preso e torturado pela Gestapo, pagando com a vida essa coragem. Foi fuzilado a 16 de junho de 1944. Precisamente um ano depois é dado à estampa o artigo de Godinho em análise. Coincidência? No entanto, o cultor de *Clio* português recusa-se, num momento particularmente sensível, no ano em que terminou a Segunda Guerra Mundial, a erigir a Alemanha como culpada e *bode expiatório de todos os males*, os recentes e os da história mais antiga. Para consubstanciar esta ideia, o historiador serve-se da diacronia e cita vários exemplos que comprovam a sua tese, segundo a qual não há povos naturalmente pacíficos, devendo sempre ser inseridos nas respectivas culturas e histórias. Assim, os Europeus fornecem bastantes e eloquentes provas que dão força à posição do historiador português. Franceses e Ingleses enfrentaram-se em duas Guerras dos Cem Anos. No início da Idade Moderna, os Franceses entraram em conflito na Itália e com a Espanha-Áustria, acontecendo o mesmo aos ingleses na Irlanda. Por seu turno, os Espanhóis conquistaram México e Peru e os Portugueses realizaram expansão militar em Marrocos. Os exemplos aduzidos sucedem-se. Na segunda metade de Quinhentos deu-se a luta naval entre Espanha e Inglaterra. Na Guerra dos 30 anos, a mesma Espanha (em conjunto com a Áustria, Suécia e França) enfrentou a Alemanha. No século XVII, a Inglaterra voltou a agredir a Irlanda e, nas últimas décadas de seiscentos, o *poder absoluto* de Luís XIV fez-se sentir.

Após a apresentação de factos que funcionam como provas e sustentam a sua argumentação, Magalhães Godinho volta a recorrer a uma síntese, ainda longe do final do artigo intitulado *O mito dos povos pacíficos e dos povos guerreiros*: «Que concluir de todo este arrazoado? Todos os povos europeus fizeram guerras sobre guerras e não para defesa da independência, antes por agressão imperialista. [...]. E os modernos assírios? Como seria simples explicar toda a história medieval e moderna pelo antagonismo entre a belicosidade teutónica e a atitude pacífica dos não teutónicos! [...]»³⁶. Contra ideias feitas e lugares-comuns, num tom polémico, prene de interrogações e uma exclamação irónica, ou um pendor por vezes oralizante, que reforça a urgência das circunstâncias (patente, por exemplo, na expressão *massa do sangue*), Magalhães Godinho percebe a delicadeza do momento histórico que se está a viver enquanto escreve e publica os seus artigos, não se eximindo a repudiar a violência da Alemanha, mas invoca a imparcialidade para condenar generalizações abusivas e condenações sumárias que não tenham, alegadamente, base de sustentação. O historiador defende que os Germanos não queriam destruir a civilização e unidade romanas, tendo sido empurrados para a România pelos Hunos, aí figurando como federados e não enquanto invasores. O recurso às armas deu-se por falta de alimento ou disputa dos solos. No decurso da Idade Moderna não houve mais guerras na Alemanha do que na França, tendo os

³⁶ GODINHO, 1945f: 24.

Estados Alemães sofrido até 1865 nas mãos de Franceses, Ingleses, Espanhóis. As guerras empreendidas entre 1865 e 1870 tiveram como motivo e corolário a independência da Alemanha, criando então condições para a emergência de um novo imperialismo, em parte ditado pela estrutura económica e social da Europa de Oitocentos, mas também pela existência e posterior concorrência dos outros imperialismos.

Magalhães Godinho volta a enfatizar motivos económicos para explicar conflitos militares, acrescentando fundamentos de ordem jurídica, e sublinhando a importância dos imperialismos:

Ora, o que é fundamentalíssimo sublinhar é que, dados os fundamentos jurídico-crematísticos da sociedade europeia, a necessidade de expansão para obter mercados de fornecimento de matérias-primas para a indústria nacional e mercados de escoamento para os artigos manufacturados por essa indústria era inevitável, qualquer que fosse o povo em causa e a sua psicologia³⁷.

No momento em que Godinho escreve e publica os artigos na «Seara Nova», coligindo em livro o material que lhes corresponde e os reproduz, a Segunda Guerra Mundial caminha para o seu final, tendo inclusive terminado já na Europa. O historiador chama a atenção para a tese racista subjacente à aceitação da ideia da existência de povos naturalmente guerreiros ou pacíficos e acrescenta que não existe na Europa nenhum país que possa reivindicar virgindade étnica ou que não seja fruto e alvo de misturas.

No artigo/capítulo *Os Mitos acerca da ambição dos grandes homens*, o autor aborda a temática incisa no título, fazendo preceder a sua consideração da rejeição, uma vez mais, do *mito dos povos maléficos*. Nessa medida, refere-se diretamente à atualidade vivida na fase final da guerra, percorrida por grande indefinição, sem recurso a descrições pormenorizadas ou dominantes de factos. Todavia, reage criticamente contra a incapacidade dos povos vencedores, que apoia, no caso os *aliados*, para distinguirem e tratarem com respeito democrático a grande maioria da população alemã, isolando e punindo a elite dirigente, responsável a vários níveis pelo conflito bélico. Godinho denuncia, igualmente, que no substrato do discurso daqueles que se preparam para ganhar pode estar a legitimação do imperialismo contra o qual lutaram, que criticavam nos alemães, assenhoreando-se dele e tornando-o o seu, aparentemente através de uma retórica moralista que oculta, por detrás da punição dos *pecadores*, uma vontade de impedir que a Alemanha se regenere e possa concorrer no Comércio e na Indústria com os aliados. Assim, a propaganda em curso da desmilitarização por razões ético-morais possui outros objetivos, político-económicos e sociais, contra os quais Magalhães Godinho frontalmente se coloca.

³⁷ GODINHO, 1945f: 26.

Num segundo momento de *O Mito da Ambição dos grandes Homens*, o historiador critica uma historiografia que propicie o desenvolvimento do *culto dos chefes* (objeção que reiterará em 1946, na obra *A Crise da História e suas novas directrizes*):

*No pólo oposto à ideia de culpabilidade colectiva de todo um povo, a cuja belicosidade seriam de imputar todos os conflitos, encontramos a explicação das guerras pela vontade tão só de um dirigente. Pois não ouvimos tantas vezes atribuir a Hitler a responsabilidade integral da política externa alemã e da Guerra de 1939-1945? [...]*³⁸.

Vitorino Magalhães Godinho não nega a existência de *ambição dos grandes homens*. Todavia, retira-lhes o peso e a importância que detinham na historiografia tradicional, que os encarava como fator central na explicação dos conflitos bélicos. Pelo contrário, o autor de *Os mitos acerca da origem das guerras* contrapõe a essa ambição a existência de condições sociais e jurídicas que favorecem a irrupção das personalidades referidas, conduzindo a Guerras (nem sempre ligadas a figuras eminentes), sendo lícito perguntar as razões pelas quais as populações se deixam dominar:

*eliminar pura e simplesmente o actor central do drama é quimérico e não contribui para melhor explicar os acontecimentos. Em todo o caso, o problema pôsto nestes termos está mal pôsto. Antes de mais deve notar-se que o essencial da questão está no seguinte: porque é obedecido quem manda? Quais as condições que criam nos homens a disposição a acatar a vontade de um deles [...]*³⁹.

Tanto no caso das Monarquias absolutas como no das tiranias, o poder dos grandes homens nunca é, no entender de Magalhães Godinho, totalmente ilimitado. O historiador compara César com Hitler considerando que em ambos os casos se cumpre a seguinte circunstância: «Hitler e Mussolini surgiram em momentos de crise comparável ao de César [...]»⁴⁰.

No quarto artigo/capítulo da obra em análise, intitulado *O Mito do Espírito de Cruzada*, Magalhães Godinho começa por referir que os dominadores procuram geralmente justificar as agressões, cabendo aos dominados explicarem-se em sentido contrário, apresentando argumentos que sustentem a sua defesa. Entre 1097 e 1200 a Europa viveu tempos de Reconquista e Expansão, normalmente associados ao *Espírito de Cruzada* e a questões morais e religiosas. No entanto, no entender do historiador, ainda que este aspeto tenha sido muitas vezes retoricamente apresentado como o

³⁸ GODINHO, 1945f: 34.

³⁹ GODINHO, 1945f: 36-40.

⁴⁰ GODINHO, 1945f: 41-42.

principal motivo das Guerras referidas contra o Islão, podendo até ter correspondido ao sentimento de alguns combatentes, certo é que houve razões económico-sociais que se sobrepuseram. Em meados do século XI, as invasões de Sarracenos, Húngaros e Normandos tinham já terminado, abrindo caminho à estabilidade, acarretando uma explosão demográfica e a necessidade de cultivo das terras incultas. Em seguida, Magalhães Godinho expõe as causas da expansão europeia.

Sempre com o intuito de evitar generalizações simplistas ou simplificações redutoras, o autor refere-se às Guerras entre Atenas e Esparta, supostamente ocorridas apenas pelo facto de aquela defender a democracia e esta a aristocracia. Por outro lado, o argumento da necessidade de liberdade foi usado como motivo da Guerra de 1914-1918, precisamente por alguns dos que viriam a ser responsáveis por vinte anos de totalitarismos que se lhe seguiram. Centrando-se no conflito bélico de 1939-1945, o autor de *Os mitos acerca da origem das guerras* expressa-se de modo inequívoco, tomando partido:

Se a razão da Guerra de 39 fosse a defesa da democracia, sem dúvida teria eclodido para proteger a democrática Checo-Eslováquia e não a totalitária Polónia; mas observemos um mapa dos investimentos de capitais britânicos no estrangeiro: não existiam no primeiro Estado, ao passo que eram de extraordinária importância no segundo [...]»⁴¹.

Para Magalhães Godinho, os interesses económico-financeiros assentes na procura, por todos os meios, do lucro por parte das grandes empresas, terão tido uma papel fundamental na deflagração do segundo conflito à escala mundial, sendo necessário, depois da Guerra, criar condições para uma paz efetiva, assente em valores democráticos de liberdade e igualdade, sem esquecer a justiça social ou o acesso aos cuidados médicos, substituindo a concentração no lucro pelo incentivo ao consumo, plasmando medidas colocadas em prática por Roosevelt para fazer face à Crise de 1929, durante a década de 30, desenvolvendo uma política que ficaria conhecida como *New Deal*.

Magalhães Godinho aconselha a leitura de duas obras, no final de *Os mitos acerca da origem das guerras*. Trata-se de *Condições para a Paz*, do britânico E. H. Carr e *Reflections on the revolution of our times* do americano Harold Laski. O historiador português não especifica as razões do seu conselho. Percebe-se, desde logo, a afinidade temática com ambos e as preocupações dos três com a atualidade e a criação de uma paz duradoura após a Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, todos parecem avessos a um capitalismo *lucrativista*, defendendo os trabalhadores e a necessidade

⁴¹ GODINHO, 1945f: 52-54.

de os vencedores saberem ganhar e não hostilizarem os vencidos todos por igual, salvaguardando vítimas civis e militares alemãs.

4. A DEFESA DE UM PACIFISMO REALISTA EM OS MITOS ACERCA DA ORIGEM DAS GUERRAS

O *Pacifismo* é difícil de definir e depende dos contextos históricos nos quais se insira. Em *Os mitos acerca da origem das guerras*, Magalhães Godinho assume-o enquanto doutrina (de modo algo difuso) e, sobretudo, como atitude, não pretendendo, em nosso entender, cingi-lo a uma corrente de opinião, sendo discutível a afirmação deste como ideologia, opondo-se, de modo mais ou menos explícito a posições defensoras das guerras e dos conflitos, sendo por isso necessário analisar as duas perspectivas em antagonismo, começando pelo *Belicismo*, reconhecendo, todavia, com Pfaltzgraff que

*Não é possível compreender as modernas teorias dos conflitos e da guerra desenvolvidas no Ocidente, incluindo o Pacifismo Utópico, sem fazermos referência ao aparecimento, também no Ocidente, e no seguimento da Revolução Francesa de uma escola de pensamento militarista [...]*⁴².

Desde a Revolução Francesa até cerca de 1960 (altura em que as sublevações populares e a guerrilha passaram a ter posição de destaque), as teorias belicistas manifestavam preferência pelas estratégias diretas, assentes no ataque rápido e maciço, em detrimento da negociação, privilegiando Clausewitz o conceito de *Guerra Total*, ainda que possa ser matizado, segundo Lidell Heart, pela consideração da diferença muitas vezes inultrapassável entre um ideal abstrato e as condições concretas da realidade. Clausewitz sabia isso e estava disposto a aceitar a *guerra limitada* em certas circunstâncias, mormente quando fosse manifesto o equilíbrio entre os contendores, sempre em nome de uma *razão de Estado* e não por motivos de natureza ética. Hegel, por seu turno, considerava que o Estado correspondia a um enraizamento do *espírito absoluto*. Sempre que se encontrasse ameaçado e fosse necessário garantir a sua sobrevivência, o recurso à guerra era não só legítimo mas também necessário. Por seu turno, Nietzsche estabeleceu uma crítica bastante elaborada à matriz cristã da civilização ocidental, opondo-lhe um quadro de valores assente na *vontade de poder* presente nos indivíduos, e que só poderia ser, em muitos casos, realizada através da Guerra. Fichte e Treitschke, atentos leitores de Maquiavel e defensores do Estado-Nação pugnavam pela sua manutenção, apelando ao confronto bélico sempre que houvesse instabilidade a esse nível. Os pontos de vista expostos, inseríveis de modos distintos na *teoria belicista*, tiveram eco nos teorizadores europeus e americanos da história militar, como Karl

⁴² DOUGHERTY & PFALTZGRAFF, 2003: 267.

Bernhardi, estudioso de inspiração darwinista. Teóricos da Geopolítica como Rudolf Kjellen, Friedrich Ratzel, Karl Haushofer ou Alfred Mahan também seguiram, de uma forma ou de outra, a ideia da *lei do mais forte* enquanto fonte de progresso. Entre finais do século XIX e princípios do seguinte, o belicismo e a teorização antidemocrática estavam, muitas vezes, intimamente relacionados. As teorias belicistas neste período eram essencialmente quatro: o positivismo realista (Mosca e Pareto); o Darwinismo Social (Herbert Spencer, William Sumner, Ernst Haeckel); Filosofias pessimistas da história; os antecessores e os representantes da teoria racial (Georges Sorel, Mussolini, Gabineau, Chamberlain, Gabriele d'Annunzio). A primeira conferia todo o poder a uma elite dirigente, tendencialmente coerciva na manutenção da ordem. A segunda considerava que a luta pela sobrevivência era o motor da sociedade, impondo-se os mais fortes. A terceira, essencialmente teleológica, considerava que a subjugação dos mais fracos era inevitável à *marcha do progresso*.

No que concerne ao *Pacifismo* João José Brandão Ferreira propõe a existência de três fases e avança, em seguida, com uma definição provisória:

*Assim, o Pacifismo tende a aglutinar este desejo para a paz [...]. Numa primeira fase, aparece-nos como vontade de evitar a guerra [...]. Numa segunda fase, o Pacifismo aspira a uma paz duradoura. [...]. Como terceira fase, temos o Pacifismo como recusa absoluta da Guerra, em quaisquer circunstâncias [...]*⁴³.

Em *Os mitos acerca da origem das guerras*, a primeira fase do *Pacifismo* não se aplica ou verifica, dado que o historiador escreve sob os escombros de uma Guerra Mundial no seu estertor. Nas páginas de Godinho nota-se a aspiração a uma paz duradoura que possa conduzir à abolição definitiva da guerra. O autor nunca se refere à *paz perpétua*, em termos com reminiscências kantianas ou noutros, sublinhando as dificuldades que enfrentará a construção da paz. A finalizar o artigo/capítulo intitulado *O Mito do Espírito de Cruzada*, Magalhães Godinho defende a paz como construção e não enquanto ideia abstrata ou realidade imediata. Trata-se de um processo historicamente situado, condicionado por contingências várias. O autor parece rejeitar radicalizações do *Pacifismo* idealista ou utópico. Aponta para uma Utopia, a da democracia, a do verdadeiro espírito de cruzada, mas só a consigna por considerá-la realizável, inserida no tempo e na realidade, sujeita a constrangimentos que importa conhecer para ultrapassar:

Construir a paz é, portanto, realizar os fins para que combateram as massas e exige mais larga visão do que a simples promessa de regresso ao passado ou do que

⁴³ FERREIRA, 1990: 121.

*a mera chefia de operações bélicas. Foi Churchill quem o disse: aqueles que sabem ganhar uma guerra raramente sabem organizar uma boa paz [...]*⁴⁴.

5. CONCLUSÕES

O nosso trabalho inscreve-se no âmbito da História Cultural da Historiografia, dialogando muito breve e insuficientemente com a Crítica Textual e a Crítica Genética, temáticas a aprofundar em futuras ocasiões, relacionando-se com a História do Livro e da Leitura, sem concretizar uma abordagem micro-histórica cujas virtudes e limitações ficam somente esboçadas. O objeto central deste estudo é um conjunto de artigos publicado primeiro na «Seara Nova» e depois num opúsculo, sempre em 1945. Trata-se de uma coletânea coerente e coesa, atravessada por tensões epocais, pessoais e próprias do ambiente *seareiro*. Daí que tenha sido necessário enquadrar, contextualizar e comparar o percurso de Magalhães Godinho até ao opúsculo em consideração, de modo a perceber as suas preocupações cívicas constantes e a defesa de um realismo pacifista atento à atualidade e problematizador, não avesso à polémica em *Os mitos acerca da origem das guerras*, trabalho portador de ecos *sergianos*, em diálogo com o apego à realidade, também próprio do neorealismo, mas expresso de modo diverso. Por outro lado, Godinho exhibe uma recusa do belicismo, sem explicitar as suas diversas correntes.

Em trabalhos futuros interessa abordar especificamente as relações entre o opúsculo analisado e obras de E. H. Carr [s.d.] e Laski (1944).

FONTES IMPRESSAS

CARR, E. H. [s.d.] — *Condições de paz*. Lisboa: Editorial século.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1935) — *D. Duarte*. «Seara Nova», n.º 432 (28 mai.), p. 382.

____ (1938a) — *As Cidades na Europa medieval. Condições gerais da sua evolução*. «Seara Nova», n.º 565 (11 jun.), p. 6-9.

____ (1938b) — *As cidades na Europa Medieval. Condições gerais da sua evolução*. «Seara Nova», n.º 566 (18 jun.), p. 32-35.

____ (1940) — *Razão e História: Introdução a um problema*. Lisboa:[s.n.]. Dissertação de Licenciatura em Histórico-Filosóficas.

____ (1945a) — *Os Mitos acerca da Origem das Guerras. 1. O Mito do Instinto Bélico*. «Seara Nova», n.º 92 (2 jun.), p. 65-67.

____ (1945b) — *Os Mitos acerca da Origem das Guerras. 2. O mito dos povos pacíficos e dos povos guerreiros*. «Seara Nova», n.º 931 (16 jun.), p. 101-104.

____ (1945c) — *Os Mitos acerca da Origem das Guerras 3. O Mito da ambição dos grandes homens*. «Seara Nova», n.º 935 (14 jul.).

____ (1945d) — *Os Mitos acerca da Origem das Guerras. 4. O Mito do Espírito de Cruzada*. «Seara Nova». (25 ago), p. 276-279.

____ (1945e) — *A reorganização de Estudos de Direito*. «Seara Nova», n.º 944 (15 set.), p. 37-40.

⁴⁴GODINHO, 1945f: 57-58.

- ____ (1945f) — *Os mitos acerca da origem das guerras*. Lisboa.
- ____ (1971a) — *António Sérgio: presença no passado, presença no futuro*. «Seara Nova», n.º 1507 (mai.).
- ____ (1971b) — *Ensaio IV. Humanismo científico e reflexão filosófica*. Lisboa: Sá da Costa.
- LASKI, Harold (1944) — *Reflections on the revolution of our time*. London: Transaction Publishers, 1944.
- PIRENNE, Henri (1927) — *Les villes du Moyen Âge, essai d'histoire économique et sociale*. Bruxelles: Lamertin.

BIBLIOGRAFIA

- DOUGHERTY, James; PFALTZGRAFF, Robert (2003) — *Relações Internacionais – As teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva.
- DUARTE, Luís Miguel (2005) — *D. Duarte*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- FERREIRA, José João Brandão Ferreira (1990) — *Pacifismo*. «Revista Nação e Defesa», ano XV, n.º 54 (abr.-jun.), p. 117-153.
- FITAS, Manuel Joaquim Rodrigues (2010) — *Seara Nova: Tempos de Mudança e Perseverança (1940-1958)*. Porto: Faculdade de Letras do Porto. Dissertação de Mestrado em História.
- GAMA, José (2002) — *A Geração de Avis. 1. D. Duarte*. In CALAFATE, Pedro, dir. – *História do Pensamento Português*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 380-381. Volume 1: Idade Média.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (2013) — *A História e as ciências humanas de novo numa encruzilhada (complemento de actualização)*. In *A Crise da História e as suas novas directrizes*. Lisboa: IN CM, p. 161-220.
- LIMA FILHO, Henrique Espada de (1999) — *Micro-história: escalas, indícios e singularidades*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutoramento em História.
- LISBOA, João Luís (1998) — *Mots (Dits) Écrits. Formes de diffusion des valeurs et des idées au Portugal du 18ième siècle*. Florence: Institut Universitaire Européen. Thèse de Doctorat.
- MARTINS, Fernando Cabral (2010) — *O que é um texto?* In REYNAUD, Maria João; TOPA, Francisco, org. – *Crítica Textual e Crítica Genética em diálogo*. Munique: Martin Meidenbauer, p. 241-249.
- MOREIRA, Nuno Bessa (2013) — *A Revista de História (1912-1928): uma proposta de análise histórico-historiográfica*. Porto: Faculdade de Letras do Porto. Tese Doutoramento em História.
- MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho [s.d.] — *Leal Conselheiro e Livro de Conselhos de El Rei D. Duarte: Diálogos*. In *Actas X Congrès International Associaçó Hispània de la Literatura Medieval*. [S.l.: s.n.], p. 573-583.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2013) — *O Estado, a Historiografia e as outras ciências/tecnologias sociais*. In NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo, coord. — *Historiografias Portuguesa e Brasileira. Olhares Cruzados*. Coimbra; Rio de Janeiro: Imprensa da Universidade de Coimbra e Fundação Getúlio Vargas, p. 53-79.
- PACHECO, Maria Cândida (1991) — *Para uma Antropologia situada: O Leal Conselheiro de D. Duarte*. «Revista da Faculdade de Letras do Porto», vol. 47, p. 425-44.
- REYNAUD, Maria João (2010) — *Apresentação*. In REYNAUD, Maria João; TOPA, Francisco, org. — *Crítica Textual e Crítica Genética em diálogo*. Munique: Martin Meidenbauer, p. VIII.
- ____ (2015) — *A Palavra Imperfeita*. Porto: Faculdade de Letras do Porto. (Últimas Lições).
- SOUSA, José Manuel Guedes de (2012) — *História e cidadania nos anos 40*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. Dissertação de Mestrado em História.

